

Arquitectura do «Mundo Lusófono»

José Manuel Fernandes

Introdução

Como pequena nação peninsular do sudoeste europeu, criada e sobretudo firmada a partir da Baixa Idade Média, Portugal desenvolveu no seu território de *finisterra* uma ocupação do espaço com características originais, quer nas vilas e cidades que foram erigidas, quer nas obras arquitectónicas que preencheram esse espaço urbano e ainda outras áreas de carácter rural.

Podemos falar do urbanismo luso e da arquitectura portuguesa, desde os séculos XII-XIII, como inseridos na dominante tradição e influência do ocidente europeu, caldeados pela também presente tradição oriental. Efectivamente, sobre uma base castreja provinda da pré-história, as litorâneas culturas Grega e Fenícia, depois apropriadas e transformadas por uma duradoura e estruturante Romanização, seguida esta pela presença germânica Suevo-Visgótica, e sequentemente pela longa permanência do Islão (este sobretudo a sul do Mondego e Tejo), foram determinantes — aquando do retomar cristão — na definição de um *espírito de lugar*, na escolha dos sítios, no entendimento de uma relação com a paisagem e a sua geografia, até mesmo de uma determinada escala de edificação arquitectónica e de um modo de construção dos espaços e de entendimento das formas, materiais e cores.

Um percurso geográfico e histórico

Cedo essa experiência — que ainda então se encontrava em processo de plena maturação — passou para o exterior do espaço europeu, pois logo desde 1415 a expansão para o Norte de África (Marrocos e Mauritânia) e seguidamente para as Ilhas Atlânticas (Madeira, Açores e Cabo Verde, mas também povoando as menos conhecidas Canárias, estas até meados do século XVII) permitiu desenvolver aquelas características referidas, aplicá-las a diversos espaços, com estranhas geomorfologias e apresentando contrastantes climas.

Exemplar de «Barroco Atlântico»:
a fachada da igreja da Misericórdia, Ribeira Grande,
São Miguel, Açores.
Fotografia de José Manuel Fernandes.



Mais adiante, no decorrer do longo e permanente avanço pela costa africana, pela segunda metade do século XV e nos centénios de XVI-XVII, se edificariam na Guiné, em Angola e na costa oriental (sobretudo em Moçambique), novos povoados, fortificações e edifícios religiosos e civis, na linha de uma operativa adaptação de técnicas e gostos, de estéticas e programas edificatórios a um extenso espaço de apoio ao atravessamento interoceânico — pois, para além de base do repositório escravista, assim foi sobretudo entendido o vasto espaço do litoral africano até Oitocentos.

O espaço grandioso da península Indostânica foi, desde inícios de Quinhentos e ao longo desse século, o principal centro de fixação, militar, política e religiosa, a partir do qual irradiou a cultura urbana e arquitectónica de base ou matriz lusitana mais significativa da época.

Neste quadro o «Estado da Índia» português foi uma criação talassocrática, político-militar e comercial original, estendendo-se desde o Índustão propriamente dito até à Arábia e África (com criação de espaços no golfo Pérsico no mar Vermelho-Etiópia e na África Oriental, a ocidente; até ao estreito de Malaca, às ilhas da Insulíndia, Molucas, Flores, Timor e ao sul da China, com Macau, a oriente). Não esquecendo, neste quadrante, a presença pioneira no Japão, entre meados dos séculos XVI e XVII.

Numa ocupação que necessariamente privilegiava o poder político-militar, mas também o religioso e o civil, numerosos povoados e suas componentes arquitectónicas foram erigidos, desde opulentas cidades (a lendária «Goa Dourada», ou Cochim) a poderosos pólos fortificados (como Mombaça ou Malaca), a mais singelas feitorias (Chaúl) e até a aldeias (à roda de Baçaim ou de Bombaim).



Espaço proto-urbano quinhentista nas «ilhas africanas»: o pelourinho manuelino da Cidade Velha de Santiago, Cabo Verde. Fotografia de José Manuel Fernandes.

A arquitectura clássico-maneirista como base do «Estilo Chão» seiscentista: a Sé Catedral de Velha Goa, no antigo Estado da Índia, a maior igreja jamais edificada por portugueses. Fotografia de José Manuel Fernandes.

A quase infinda terra sul-americana do Brasil começou a ser ocupada logo nos inícios de Quinhentos — mas só de um modo mais efectivo e consequente desde as décadas de 1530 e 40, quando as primeiras vilas e cidades ali se ergueram (no Pernambuco). A lenta implantação luso-brasileira foi evoluindo e firmando-se ao longo da costa, sobretudo a partir de meados de Seiscentos (aquando da retomada aos holandeses de Recife e da Bahia). No Norte Equatorial e pré-amazónico só se iniciaria a presença de entrepostos urbanos a partir do século XVII (Pará, Maranhão), enquanto a expansão para sul se tornaria uma realidade já firmada pela mesma época (Rio de Janeiro, São Paulo). É já do avançado século XVIII uma expansão em terra brasileira, de modo organizado e sistemático, para os vastos interiores (Amazonas, Mato Grosso), bem como a conquista do extremo meridional, contra a vizinha potência espanhola (Santa Catarina, Rio Grande, e Sacramento, no Prata).

Características do urbanismo e da arquitectura da Expansão até ao século XVIII

Há que analisar aqui os aspectos mais característicos da produção material de matriz lusitana, seja referindo as cidades como artefacto, como «obra de arte», seja na consideração das respectivas arquitecturas e seus autores.

Uma referência corrente, tanto em autores brasileiros como portugueses e até americanos (Robert Smith), é a da oposição entre os tipos da cidade e da arquitectura da Expansão Portuguesa e a da contemporânea gesta hispano-americana. Enquanto as grandes cidades caribenhas e sul-americanas de origem hispânica seguem na sua maioria modelos de expressão mais rigorosamente geométrica e reticulada (México, Lima, Buenos Aires), e são claramente cêntricas, localizando-se no interior do território e sendo estruturadoras do seu domínio, as lusitanas apresentam aspectos de localização, estrutura, espaço e forma que se lhe opõem.



Também em termos de monumentalidade, a urbe hispânica se destaca, pela vastidão e axialidade da sua sistemática Plaza Mayor, com os enormes edifícios que a definem e envolvem — enquanto a pequena escala dos espaços e do edificado luso é patente, numa visão mais castiça e menos grandiosa.

Como me disse uma vez o eminente historiador Charles Boxer, quando lhe referi esta oposição, tal aspecto será verdadeiro; mas se olharmos as urbes de inspiração ibérica, portuguesa e espanhola, e as compararmos em conjunto com as cidades holandesas coloniais, então aí as duas primeiras parecerão semelhantes, pela sua clara oposição aos modelos norte-europeus. E é verdade que, embora as estruturas urbanas principais de origem lusa e hispânica sejam claramente divergentes, quando se analisam muitos dos povoados secundários, essa oposição tende a esbater-se, ao menos parcialmente.

Há também que ter em conta que se por um lado a cidade hispânica se implanta essencialmente na área americana, a lusa tem as mais variadas associações, podendo mesmo falar-se de uma «cidade mestiça» de algum modo universalizada (para além das *razões* que a isso levaram, e do *carácter* dessa mistura): além do Atlântico (do norte a sul), da América (do equador ao trópico sul), existe na África (de norte a sul, de poente a nascente), na Ásia (do médio a extremo oriente), na Oceânia — ocorrendo quer por colonização de espaços desabitados, quer por inserção ou conquista dos mais variados povos e gentes.

Vejamos então que aspectos caracterizam os espaços urbanos de matriz portuguesa da Expansão. Por um lado, os povoados obedecem a uma localização litoral ou costeira, periférica aos grandes espaços continentais — com preferência frequente por lugares insulares, pequenas penínsulas, istmos, baías ou recessos da costa, mais facilmente defensáveis e abrigados. Ergui-

das sucessivamente ao longo dos caminhos marítimos da Expansão, estas cidadezinhas formam um vasto conjunto, fragmentado mas em rede — para abastecimento, escala, entreposto — recordando de algum modo, num novo e grandioso Mediterrâneo, a velha diáspora grega da Antiguidade.

Em certos locais estas cidades lusas geram pequenos mas muito densos territórios no seu *hinterland*, com cidade principal e vilas, aldeias e lugares na sua envolvente — trata-se do fenómeno da implantação disseminada, polarizada em certas «áreas centrais». São exemplos disto: Angra e as ilhas do meio, nos Açores; Moçambique e as feitorias da costa; Goa e os seus arredores, Bardez e Salcete; Salvador da Bahia e seu *Recôncavo*, a toda a volta da Baía de Todos-os-Santos.

Quanto à estrutura do seu tecido urbano, a urbe de origem ou inspiração portuguesa oferece um modelo adaptativo, medievo-renascentista — exprimindo aquilo que noutros textos designei por «*idades de paisagem*». São de facto urbes frequentemente belas, no diálogo que o entendimento orgânico do espaço permite com o território onde assenta materialmente, escolhendo locais costeiros, acidentados e de revelo vigorosamente contrastante — montes e vales, enquadrados por mar e terra.

Para isso as urbes de base lusa utilizaram os mais diversos materiais: essa componente ou expressão orgânica, tanto se exprimiu em tecidos de malha irregular ou grosseira geometria (com frequente presença de espaços de ruralidade e base agrária no seu interior), como por excepcionais malhas de mais clara geometria (ruas «em xadrez», paralelas e perpendiculares, são patentes em Damão, Índia, ou em São Luís do Maranhão, Brasil). Neste inclusivismo ruralizante se opõe igualmente a lusa à urbe hispânica, a qual rejeita por sistema esta inclusão ruralista — onde na lusa existe o «quintal», de

cultivo, herdeiro da pequena horta, temos na hispânica o «pátio», geométrico e apenas decorativo.

Podemos também entender as urbes lusas como espaços urbanos de pequena escala, elaboradas quer em sistema fechado (por muralhas, na necessidade premente de defesa, que prolonga a experiência medieva ibérica), quer em sistema aberto, se em circunstâncias de feitoria comercial; ou ainda, em urbes de tipo misto, as maiores, que associam espaços de controle militar a áreas abertas ao mar e ao comércio.

Internamente, estas urbes constituíam núcleos urbanos policêntricos, estruturados sobre sistemas lineares (a famosa «rua direita»); esse eixo principal estava pontuado por sequências de espaços (largos, praças, rossios) que constituíam pequenos centros de um «*poder parcial*», diluído ou fragmentado, que permitia estabelecer precários mas funcionais equilíbrios entre os diversos focos de poder (a fortaleza ou palácio do governador ou capitão; a casa de câmara e cadeia dos cidadãos; a Sé ou matriz, do bispo e do clero; a Misericórdia, resultante da associação dos mais notáveis da cidade; e os conventos e mosteiros, que completavam na envolvente a transição do quadro urbano para o rural). Também muito frequente neste tipo de urbe é a relação geo-funcional, dinâmica e complementar, entre a «*baixa*» — a área comercial e portuária, e a «*alta*» — o sector mais residencial e altaneiro.

A arquitectura portuguesa apresentou entre a Idade Média e o século XVIII uma clara autonomia criativa, no quadro europeu: no fundo Portugal constituiu-se então como um pólo estilístico de base regional, no quadro da Península Ibérica — mas que paradoxalmente atingiu uma dimensão universal mercê da sua Expansão intercontinental.

Uma cidadela fortificada na Índia: Chaúl, a sul de Bombaim, de que hoje restam ruínas e muralhas. Fotografia de José Manuel Fernandes.





Assim o Manuelino, a arquitectura clássicomaneirista, o «Estilo Chão», o barroco setecentista e finalmente o Pombalino, geraram edifícios e espaços urbanos significativos nos diversos continentes e espaços que foram objecto da presença portuguesa.

Uma primeira característica desta arquitectura é a sua evidente e quase sempre constante singeleza global, quer pela pequena escala dos programas, que por um modo próprio e delicado de entendimento dos espaços e volumes, dos materiais e suas tecnologias.

A simplicidade formal e espacial, adequada à adaptabilidade pragmática e à quase sempre

presente escassez de meios económicos e materiais, é outra característica desta arquitectura — embora com fases mais afirmativas, originais e austeras a um tempo (Manuelino, «Chão», Pombalino) alternando com épocas mais opulentas e internacionalizadas (Renasença, Barroco Joanino).

Assim, a necessidade de produzir inúmeros edifícios com recursos limitados (fortalezas, igrejas, habitações) gerou um entendimento prático da criação arquitectónica, permitindo em muitos casos a sua simplificação por via de uma estandartização e modulação — porém sem nunca se perder um certo gosto pelo por-

Para muitos a mais bela cidade do mundo: São Sebastião do Rio de Janeiro, vista do Corcovado. Ao fundo, à esquerda, a área central, espaço mais antigo da urbe.
Fotografia de José Manuel Fernandes.

menor, pelo apontamento decorativo. Este aspecto foi assegurado por uma vasta produção das artes aplicadas, como o azulejo, a talha, a pintura e o relevo, que ajudaram à criação de ricos espaços virtuais interiores, dentro de uma construção genericamente «pobre».

Uma volta pelo mundo: cidades e arquitecturas

Permitamo-nos destacar algumas das cidades de matriz portuguesa, com as suas arquitecturas principais — sem preocupação exaustiva, mas procurando antes exemplificar com os mais interessantes casos, desenvolvidos entre os séculos XV e XVIII. Dada a necessidade de síntese, não serão aqui mencionados, senão excepcionalmente, os inúmeros arquitectos e mestres de obras que trabalharam nas edificações enumeradas, bem como as datações exactas das mesmas.

No Funchal, primeira cidade atlântica, edificada ao longo de uma singela baía, podemos destacar o conjunto da Alfândega, da Sé Catedral e da Fortaleza vizinha.

Angra do Heroísmo (classificada pela UNESCO), nos Açores, merece destaque pelo interessante Palácio dos capitães-generais (que aproveitou a mole do antigo colégio e igreja jesuíta), pela sua elegante Sé Catedral e sobretudo pelo monumental conjunto de fortificações, com destaque para a de São João Baptista, mas sem esquecer a mais humilde de São Sebastião.

Na ilha de São Miguel, também nos Açores, não devem esquecer-se as portentosas fachadas das igrejas jesuítas, quer em Ponta Delgada (onde a matriz inclui trabalhos em gosto manuelino tardio), quer na Ribeira Grande, na costa norte da ilha — esta talvez o exemplo mais criativo e original do chamado «barroco açórico», em contrastantes tons de basalto negro e cal branca.

Mazagão, cidadela fortificada em Marrocos, deve referir-se tanto pelo seu elegante e coeso sistema abaluartado, como pela sua sólida cis-

terna quinhentista. É talvez o melhor exemplo (e mais duradouro, até ao século XVIII) dentre as várias praças lusas fortificadas nesta área, desde Ceuta e Tanger a Arliza e Alcácer-Ceguer.

Em Cabo Verde, são as ruínas da Sé Catedral que se impõem, encimadas pelas do Forte de São Filipe, na Cidade Velha da ilha de Santiago — para além da cidade da Praia, na mesma ilha, que representa já uma criação urbana nova a partir de Setecentos.

Da extensa costa do Golfo da Guiné, podem destacar-se: a povoação-ilha de Goreia, no Senegal (classificada pela UNESCO), o monumental Castelo de São Jorge da Mina (no Ghana, classificado pela UNESCO), a delicada povoação de Cacheu (na actual Guiné-Bissau), ou o forte de S. José de Amura em Bissau.

O arquipélago de São Tomé e Príncipe apresenta dois povoados de pequena escala mas graciosa presença paisagística: precisamente os núcleos de São Tomé/Ana Chaves e de Sto. António do Príncipe, nas respectivas ilhas.

Já em Angola devem assinalar-se dois principais conjuntos urbanos: o de Luanda (infelizmente hoje muito destruído), com a fortaleza de S. Filipe e alguns solares urbanos seis e setecentistas (três «sobrados» da antiga praça do Infante D. Henrique, e o Palácio de D. Ana Joaquina, da transição dos séculos XVIII-XIX, criminosamente demolido há pouco); e o de Benguela, este iniciado já no século XVII — além das preciosas ruínas de S. Salvador do Congo, ou M'banza Congo, de origem quatrocentista (classificadas pela UNESCO).

Em Moçambique o destaque deverá ir naturalmente para a pequena jóia que constituía Ilha de Moçambique, com a poderosa fortificação de S. Sebastião, o palácio do governo, as igrejas e o conjunto residencial (hoje muito arruinado; classificado pela UNESCO) — sem esquecer porém as pequenas preciosidades que constituem a ilha do Ibo e os núcleos de Cabaceira

Grande e Cabaceira Pequena — e a desaparecida fortaleza, ainda com traça mediavalizante, de Sofala, já na área do Zambeze.

No longo espaço geográfico do Índico, a norte de Moçambique e a poente da península indústânica, podem mencionar-se a cidadela-fortaleza de Mombaça (Quénia), os diversos fortes arábicos (como Mascate, ou Soar, em Omão) e o de Ormuz, no Golfo Pérsico — sem deixar de referir os lendários Castelos de Gondar, na Etiópia, que a tradição diz edificadas sob influência lusa na corte do rei cristão local (classificados pela UNESCO). Muitas destas fortificações têm sido objecto de pesquisa arqueológica, com identificação dos vestígios da presença portuguesa, por vezes com apoio de instituições nacionais (como a Fundação Gulbenkian).

É na Índia que muitas e notáveis edificações e núcleos urbanos deste período histórico devem ser mencionados. Percorramos a costa ocidental, de norte a sul. De Diu, em ilha costeira do Guzarate, é a famosa fortificação que sobressai, mas também a igreja de S. Paulo, do antigo colégio jesuíta, de frontaria requintadamente maneirista em tons policromos.

Damão merece referência sobretudo pelo traçado rigorosa e excepcionalmente geométrico da sua malha urbana (Damão-Praça), envolvida por muralhas abaluartadas — mas também pelo singelo e equilibrado largo da Mãe de Deus, com a pequena igreja homónima e a antiga igreja jesuíta, deitando para o jardim central, ao lado do edifício municipal.

De Baçaim (actual Vasai), alguns quilómetros a norte de Bombaim, é igualmente a extensa ruína das muralhas e suas portas (de Terra e do Mar) que se destaca, conjuntamente com a cidadela central, e a sequência das ruínas religiosas: as igrejas de S. Domingos, a de S. Francisco, a do colégio jesuíta (de grandiosa fachada), a matriz de S. José (com a original torre centrada sobre o portal de acesso).

A sul de Bombaim, outra antiga povoação fortificada — Chaul, hoje Revdanda — exhibe não só muralhas, portas e ruínas de igrejas (nomeadamente a de S. Francisco, com a torre fortificada junto à muralha), mas também a longa e estreita estrutura muralhada do Morro, que inclui capelas e fortificações, acompanhando a linha de cumeada da elevação fronteira à cidadela, e guardando conjuntamente a barra.

Goa constitui um pequeno mas densamente edificado território costeiro (com a área aproximada da península de Setúbal), a meio caminho entre norte e sul da Índia — e por isso desempenhou papel de lugar central (e centralizador) no luso «Estado da Índia». Das suas cidades há que destacar a antiga capital, Velha Goa (classificada pela UNESCO), que ainda exhibe um conjunto notável de igrejas e espaços de apoio, dentro do gosto clássico-maneirista que foi gradualmente indianizando em termos estilísticos — com destaque para a Sé Catedral (o maior edifício religioso jamais construído por portugueses), para a igreja jesuíta do Bom Jesus (com as relíquias de S. Francisco Xavier), para a de N. S. da Graça, dos Agostinhos (hoje só ruína), e para a mais tardia de S. Caetano (só completada na 2ª. metade de Seiscentos), esta última com um raro zimbório, que depois influenciou as igrejinhas regionais de «falsa cúpula» do território.

Na ilha de Goa, deve ainda referir-se a notável igreja de Santana de Talaulim, que já representa a mestiçagem do modelo maneirista com a sensibilidade local, processo desenvolvido ao longo de Seiscentos e de Setecentos. Nos territórios a sul de Velha Goa (Salcete), o destaque deve ir para a cidadezinha de Margão, notável pelo conjunto de residências de gosto indo-português, nomeadamente a chamada «Casa do Juiz» (ou dos 7 telhados, setecentista) e as habitações que envolvem o largo da igreja jesuíta. Ainda de mencionar são os fortes, de Aguada e dos Reis Magos, que protegiam a barra de Goa.

Uma rua de Vila Rica de Ouro Preto, em Minas Gerais, Brasil: uma povoação desenvolvida no século XVIII, que recorda a paisagem urbana e a arquitectura doméstica do Norte de Portugal, Vila Real ou Lamego.
Fotografia de José Manuel Fernandes.



No caminho para o Extremo Oriente há que mencionar obras e cidades mais isoladas: em Galle, na costa do Sri Lanka, com vestígios da cidadela portuguesa (classificada pela UNESCO); na Tailândia, as ruínas de Ayutthaya (classificadas pela UNESCO); a cidadela de Malaca (na Malásia, e de que sobrevivem ruínas do forte e da igreja), e os espaços edificados de Timor, nomeadamente Dili (desenvolvidos sobretudo depois do século XVIII).

Macau, cidadela no sul da China, perto de Cantão, constitui evidentemente um espaço original, pela permanência na esfera lusa até ao final do século XX — o que não sucedeu com nenhuma outra possessão ultramarina portuguesa. Da época aqui em análise, devem destacar-se as estruturas edificadas que de algum modo se implantam ao longo do eixo principal histórico, entre as duas baías que conformam a urbe: de nascente para poente, a igreja de Sto. António, a monumental ruína-museu de S. Paulo (ex-libris da cidade), S. Francisco, a Sé, o central largo do Leal Senado (com a sede cívica, a Misericórdia e S. Domingos), Sto. Agostinho, o Colégio Jesuíta e S. Lourenço. Das fortalezas podem destacar-se a do Monte, imponente e cêntrica, e a da Guia, escultural e altaneira.

Para finalizar esta viagem pelo Extremo Oriente, deve mencionar-se a cidade de Nagasaki, na ponta ocidental do insular Japão — uma feitoria comercialmente iniciada pelos portugueses, e de que subsiste a característica implantação paisagística (sobre uma baía, entre ilhas, montes e vales), além da ilha artificial de Deshima, no antigo centro da urbe, edificada já no século XVII.

Voltando ao Atlântico, é na terra sul-americana que se implantarão notáveis cidades, vilas e edifícios de origem luso-brasileira, sobretudo a partir da segunda metade do século XVII, quando o Brasil se tornou o centro da Expansão, em detrimento da Índia.



Uma obra do Modernismo dos anos 1930-40: o Mercado dos Lavradores, no Funchal, Madeira, pelo arquitecto Edmundo Tavares, com as suas formas geométricas e lisas. Fotografia de José Manuel Fernandes.

De norte para sul, do Equador para o Trópico, podemos pois destacar aqui certas povoações e suas arquitecturas.

Às portas do Amazonas, implanta-se Belém do Pará, com a sua fortaleza costeira, e o interessante espaço da igreja jesuíta, setecentista; ali trabalhou, já desde a segunda metade do século XVIII, o arquitecto bolonhês José Landi, que soube imprimir à cidade uma monumentalidade clássica-barroca muito bem inserida na tradição portuguesa da construção ultramarina (Palácio dos Governadores, igreja de Santana em Campina, igrejas do Carmo e das Mercês).

No Maranhão é a cidade de São Luís (classificada pela UNESCO) que deve mencionar-se, sobretudo pela sua notável malha urbana em retícula, como que executada a régua e esquadro sobre colinas e vales — isto para além de um recheio de arquitectura habitacional em pré-

dios, que seguindo formulário pombalino, o enriquece com profuso revestimento azulejar (caso da rua de Lisboa), dos séculos XVIII e XIX.

As inúmeras fortificações costeiras são outro valor patrimonial da longa costa brasileira — mencionemos a título de exemplo o gracioso Forte dos Reis Magos, perto do Natal, em Rio Grande do Norte.

No nordestino Pernambuco destaca-se a dupla urbana de Olinda-Recife. As ruínas de Olinda representam a primeira implantação urbana consequente em terra do Brasil, constituindo hoje um conjunto classificado pela UNESCO; no seu relevo castiço e acidentado, profusamente arborizado, podemos destacar a jesuíta igreja da Graça, a Matriz, ou o conjunto conventual de São Francisco. Olinda fica contígua ao Recife, cuja área central histórica exhibe igualmente notáveis monumentos, num espaço

urbano organicamente «aportuguesado» a partir da original implantação urbana holandesa planeada de modo erudito e clássico por Maurício de Nassau. Brilhando na sua construção de desenho barroco e hiper-decorativo, refira-se exemplarmente a igreja de Santo António, com a luminosa Capela Dourada.

São Salvador da Bahia (classificada pela UNESCO) será a grande capital do Brasil do açúcar, sucessora da «Goa Dourada». Notável no seu conjunto urbano, executado com objectivos centralizadores e administrativos, não deixa de respeitar o modelo de cidade de paisagem, feita de colinas e vales, de «alta» residencial e de «baixa» portuária-comercial, característica da urbe lusa da Expansão.

Merecem destaque, entre outros espaços e obras, nesta «cidade das mil igrejas»: o largo da Câmara primeva e do Palácio do Governo; o «Terreiro da Sé», exibindo a grandiosa igreja Jesuíta

(actual Sé) — com as igrejas franciscana e da Ordem Terceira ao fundo; e o famoso largo do Pelourinho, na extremo da área central histórica.

São Sebastião do Rio de Janeiro, segunda capital do Brasil, foi muito desfigurada na sua arquitectura antiga com as modernizações viárias do início do século XX, que desbastaram inclusive o próprio «monte genético» da cidade, o Castelo; porém, ainda hoje podemos visitar obras como o Palácio do Governador, fronteiro à baía e ao antigo cais central, a igreja de S. Bento, de boa «arquitectura chã», no extremo oposto do «Centrão», o vasto largo encimado pela mole conventual franciscana (com o castiço Aque-duto da Carioca ao fundo), e a graciosa igreja de N. S. da Glória do Outeiro, já eivada do gosto barroco na sua planta centrada e poligonal. Pela relação e interpenetração com a paisagem luxurriante, o Rio, dizem alguns, é a cidade mais bela do mundo.

O edifício da Embaixada de Portugal em Brasília, pelo arquitecto Raul Chorão Ramalho, dos anos 1960-70: o betão aparente servindo a arquitectura moderna.
Fotografia de José Manuel Fernandes.



Vila Rica de Ouro Preto (classificada pela UNESCO), em Minas Gerais, é a capital do ouro setecentista, nascida e crescida de modo quase espontâneo e selvagem pela iniciativa dos mineiros luso-brasileiros. Muitas obras arquitectónicas haveria a destacar nesta cidade de «sobe e desce», feita de ladeiras e morros. Limitemo-nos a mencionar a praça de Tiradentes (com a Câmara neo-clássica, e a Fortaleza, fronteiras), e as igrejas concebidas pelo genial António Francisco Lisboa, o «Aleijadinho», como a igreja de S. Francisco. Mas a sua obra mais conhecida e genial, entre a arquitectura e a escultura, será o santuário de escadório (ao modo do norte de Portugal) do Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas do Campo (classificado pela UNESCO), de brilhante desenho barroco-expressionista. Ouro Preto vale também pelo seu conjunto de casario, recordando as ruas das vilas do norte português, com amplos e espectaculares pisos de avarandados e cornija, construídos integralmente em madeira, mas imitando o desenho em pedra dos exemplos minhotos...

Diversas outras cidades e arquitecturas do sul brasileiro poderiam aqui ser enumeradas. Sintetizando, refiramos ainda a hoje gigantesca São Paulo, com o largo da igreja primeva, beneditina, ainda existente no centro; a área de Santa Catarina (capital Desterro, actual Florianópolis), colonizada já no século XVIII com forte componente de povoadores açóricos; as extremo-meridionais urbes de Porto Alegre e do Rio Grande (do Sul); e, finalmente, a isolada cidadela fortificada de Colónia de Sacramento, fundada em finais de Seiscentos, desafiadoramente, frente a Buenos Aires — e depois forçadamente abandonada (hoje no Uruguai; classificada pela UNESCO).

Cidades e arquitecturas do «Ultramar» nos séculos XIX-XX

Com o avançar dos finais de Setecentos, e durante a primeiras décadas do século XIX, uma

grave crise político-militar ocupou Portugal e as suas possessões ultramarinas. Independente o Brasil, decadente e secundarizado o país europeu, que funcionava quase como protectorado britânico, foi mesmo assim notável, no contexto gerado, a capacidade de criação de espaços e de arquitecturas nas áreas adentro e além atlântico.

Com o dealbar do século XX, esta capacidade acentuou-se, sobretudo à volta dos meados do século, centrada e incentivada na ideia da «África Portuguesa», e até à «crise final» de 1974-75.

Muito resumidamente, refiram-se algumas das criações urbanísticas e arquitectónicas mais significativas, nos tempos mais recentes dos séculos XIX-XX, nas áreas de influência portuguesa.

Nas ilhas atlânticas, podem destacar-se, em termos urbanos: o «Plano Geral de Melhoramentos» do Funchal, por Ventura Terra, dos inícios do século XX; a criação de uma pequena nova cidade, a do Mindelo, na ilha de São Vicente de Cabo Verde, desde a segunda metade do século XIX, com vocação de apoio marítimo carvoeiro. Nos Açores, refiram-se: a edificação planeada, já nas décadas de 1950-60, da Avenida Marginal de Ponta Delgada, em São Miguel, com os edifícios públicos envolventes (Alfândega, Correios, Capitania); e ainda a pequena «cidade do aeroporto» em Santa Maria, nos anos 1940-50, com planos e edifícios por Keil do Amaral.

Nas principais cidades islenhas, a construção de equipamentos e espaços públicos foi incentivada, sendo de destacar: em Cabo Verde, as obras do Mindelo (a Alfândega, a «torre de Belém» em betão armado da Capitania, o Liceu e o Palácio do Governador); na Madeira, as obras modernistas do Funchal (avenida do Infante; equipamentos como o Mercado dos Lavradores e o Liceu Jaime Moniz, por Edmundo Tavares, nos anos de 1930-40); e, nos Açores, as obras de Ponta Delgada (Cine-teatro Micaelense) e da

A arquitectura moderna na «África Portuguesa»: uma residência de um colégio religioso em Lourenço Marques (actual Maputo), Moçambique, pelo arquitecto Amâncio Miranda Guedes. Fotografia de José Manuel Fernandes.



estância termal das Furnas (hotel Terra Nostra, em gosto modernista), além de outras qualificações em Angra e na Horta.

No cômputo fim-secular, devem destacar-se arquitectos autores de uma vasta obra no meio insular, como Raul Chorão Ramalho (sobretudo na Madeira) ou João Rebelo (em São Miguel e na Terceira); isto para além de obras isoladas como a do Hotel do Casino no Funchal (por Óscar Niemeyer e Viana de Lima).

Na chamada «África Portuguesa» as criações urbanísticas deste período foram imensas, pois se tratava de implantar novos povoados, dentro da política internacional de «ocupação efectiva» das terras — com o apoio fulcral dos novos eixos ferroviários.

Podem destacar-se, entre muitas, as novas cidades do Lobito e de Nova Lisboa/Huambo (esta com um plano influenciado pela ideia da «city beautiful», de desenho académico e

gosto «beaux-arts»), em Angola, implantadas nos anos de 1910-1920 (nas áreas de litoral-centro e do planalto interior), ou as urbes de Sá da Bandeira/Lubango e de Mocâmedes/Namibe, no sul.

Em Moçambique, a criação urbana *ex-novo* corresponde à própria capital do território, Lourenço Marques/Maputo, planeada desde finais do século XIX, seguindo uma arejada e vasta retícula geométrica ordenadora, à semelhança das Avenidas Novas de Lisboa.

Neste vasto espaço da África Oriental, outras cidades foram planeadas e implantadas, com relevo para a Beira, no litoral-centro do território (nos anos 1890-1920), e, no norte, com destaque para cidades mais pequenas mas objecto de planos mais recentes, nos anos 1930-40 (Nacala, portuária) e Vila Cabral/Lichinga (com curioso plano de planta octogonal, no planalto do Niassa). Mais a sul, há o caso de Vila Pery/

Chimoio, que remete para um plano de expressão já moderna, dos anos 1950-60.

Estas fundações e expansões foram acompanhadas por uma arquitectura do ferro (o antigo Hotel Club, actual centro franco-moçambicano, o edifício dos Correios e a Estação ferroviária, em L.M.), seguida por uma fase já utilizando o betão armado (o edifício do Rádio Clube de L. M., ou a Catedral da mesma cidade; ou o grandioso conjunto portuário da praça Diogo Cão e o majestoso Banco de Angola, ambos em Luanda, edificados dentro da estética neo-tradiconalista do «Estado Novo»).

Neste quadro evolutivo, devem ser destacados alguns arquitectos que vivendo e trabalhando em África, produziram uma obra válida e de significativa qualidade estética e técnica. Sem preocupação exaustiva, há destacar alguns dos mais valorosos. Em Angola, refira-se Vasco Vieira da Costa, que em Luanda tem a maioria das suas obras (do mercado Quinaxixe, dos anos 1950, ao edifício Mutamba dos anos 1960-70), José Pinto da Cunha (com o notável conjunto da Radiodifusão de Angola em Luanda), os irmãos João e Luís Garcia de Castilho (com o notável cinema «Restauração», actual Assembleia Nacional), e Francisco Castro Rodrigues, o devotado «arquitecto do Lobito», com inúmeras obras ali realizadas (plano geral, mercado, liceu, aerogare).

Em Moçambique o panorama de autores permite ressaltar, entre vários arquitectos, dois nomes marcantes: Amâncio Miranda Guedes, ou Pancho Guedes, que executou uma original obra entre o neo-vernacular e o neo-expressionista (prédios de apartamentos «Leão que Ri» e «Prometeu», padaria «Saipal», residência e missão do Colégio Suíço «Khovolar», todos em L. M.); e João José Tinoco (palácio das Reparações, em Vila Cabral/Lichinga, no Niassa, aerogare de Nampula).

Nos espaços do Oriente, Goa (com Damão e Diu), Macau e Timor, são mais escassas as pre-

senças edificadas lusas nos séculos XIX e XX — quer pela pouca importância e extensão das possessões, quer pela sua manifesta secundarização no quadro «imperial» desta época. Mesmo assim, há que fazer ressaltar, no velho «Estado da Índia», a implantação e desenvolvimento das duas mais importantes cidades contemporâneas de Goa (Pangim, nova capital desde 1843, e a pequena urbe portuária e industrial de Vasco da Gama), a edificação de equipamentos públicos em Oitocentos (a Câmara Municipal de Margão, ou o Palácio Episcopal do Altinho, em Pangim) e durante a primeira metade do século XX (o Hotel Mandovi, a estação fluvial de Pangim, ambas obras de desenho modernista).

Em Macau o esforço de Oitocentos foi naturalmente para a expansão urbana e as novas infraestruturas correspondentes (bairro de São Lázaro, hospital de São Januário, teatro D. Pedro V, hotel da Bela Vista), sendo nos princípios de Novecentos mais virado para o ganho de novas extensões por via dos aterros (e a rua Almeida Ribeiro, ligando os novos espaços do Porto Interior aos do Porto Exterior), sem esquecer as pequenas inovações nas ilhas (casas na avenida da Praia, na Taipa, os equipamentos de Coloane na ilha homónima).

Nas últimas décadas de administração portuguesa, sobretudo nos anos de 1980-90, foi vasta a edificação de infraestruturas, equipamentos e habitação em Macau. Desde as áreas da ZAPE e da NAPE (novos aterros) (com a actual Escola Portuguesa, ex-Pedro Nolasco, por Chorão Ramalho, e o Casino Lisboa dos anos 1960), ainda centrais, a construção chegou às áreas do Terminal de Jéfoil e do Centro Cultural (por Bruno Soares-Irene Ó-Intergaup, de 1999).

Neste quadro, para além de inúmeros autores que ali trabalharam e trabalham, há que destacar a longa e desenvolvida obra por Manuel Vicente, entre 1962 e o final do século (o orfanato

Uma obra de habitação colectiva em Macau, o Fai-Chi-Kei, pelo arquitecto Manuel Vicente, dos anos 1960-70. Fotografia de José Manuel Fernandes.



Helen Liang, dos anos 60; as torres da Barra, dos anos 70; o premiado conjunto de habitação social do Fai Chi Kei, dos anos 80; e o vasto Plano-aterro da Praia Grande, que com sede do World Trade Center constitui a sua obra testamental da década de 90).

Em Timor, Díli, cidade desde 1865, concentra o escasso desenvolvimento urbano da ilha durante o século XIX; poucas obras de vulto lhe correspondem, mas podemos destacar o forte e farol, o liceu, a câmara e o mercado — este contemporâneo do mercado da vila de Baucau. Já no século XX, registre-se o Palácio do Governo e a imponente igreja Catedral (destruída pelos japoneses na II Guerra).

Poderíamos ainda mencionar outras obras significativas, em muitas e diversas áreas onde a diáspora portuguesa actuou. A título de mero exemplo e símbolo, registemos apenas duas: a da graciosa embaixada de Portugal em Banguecoque, de 1850, erigida num gosto romântico

classicizante; e a do notável Consulado de Portugal em Brasília, obra de expressão moderna por Chorão Ramalho, dos anos 1960-70, edificada na capital do Brasil.

Bibliografia

- AA.VV., «Macau Património I», in *RC Revista de Cultura*, n. 34, Macau, Instituto Cultural de Macau, Janeiro-Março 1998 e «Macau Património II», in *RC Revista de Cultura*, n. 35-36, Macau, Instituto Cultural de Macau, Abril-Setembro 1998.
- Germain BAZIN, *A Arquitectura Religiosa Barroca no Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Record, 1983 (1ª edição em francês, 1956).
- Francisco BETHENCOURT e Kirti CHAUDHURI (org.), *História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993-1999.
- Helder CARITA, *Palácios de Goa. Modelos e Tipologias da Arquitectura Civil Indo-Portuguesa*, Lisboa, Quetzal, 1995.
- José Manuel FERNANDES, *Arquitectura Portuguesa. Uma Síntese*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2000 (no prelo; 1ª edição in *Sínteses da Cultura Portuguesa. A Arquitectura*, Lisboa, Europalia 91, IN-CM, 1991).
- Walter ROSSA, *Cidades Indo-Portuguesas*, Lisboa, CNCDR, 1997 (bilingue).
- Manuel TEIXEIRA e Margarida VALLA, *Urbanismo Português. Séculos XIII-XVIII. Portugal e Brasil*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999.